

S01 - AUDITOR FISCAL




Tipo de Prova
2

Turno: TARDE

Nível: SUPERIOR

Duração da prova: 3h30min

 É obrigatório marcar o tipo de prova no cartão de respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele.” (Immanuel Kant)

Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e a Prova Objetiva. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas está correto. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este caderno de Questões contém **50 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, preferencialmente, de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

Leia o diálogo abaixo:

Personagem 1: “Você viu o novo comercial da marca X? É igualzinho àquela cena clássica do filme Y!”

Personagem 2: “Claro! Eles fazem isso de propósito. É uma referência!”

Com base na fala dos personagens, qual recurso textual está presente no comercial citado?

- (A) Ironia.
- (B) Ambiguidade.
- (C) Pleonismo.
- (D) Intertextualidade.
- (E) Hipérbole.

Questão 2

Em muitos contextos, determinadas palavras ou expressões podem ser utilizadas em substituição a outras, sem que isso altere o sentido essencial da frase.

Considerando esse aspecto do uso da linguagem, assinale a alternativa em que as palavras destacadas apresentam corretamente a relação de sinonímia.

- (A) Ele era esperto como um peixe fora d'água.
- (B) O resultado foi parcial, ou seja, não completo.
- (C) Era uma ideia vaga, quase confusa, mas interessante.
- (D) Seu argumento foi incorreto, porém aceitável.
- (E) O aluno foi disciplinado, isto é, obediente.

Questão 3

Leia o trecho:

“Mesmo diante de tantos obstáculos, ela persistiu. Sabia que era preciso lutar para alcançar seu objetivo.”

O trecho transmite, principalmente, a ideia de:

- (A) crítica à sociedade.
- (B) exaltação do medo.
- (C) superação e determinação.
- (D) dúvida sobre o futuro.
- (E) reflexão filosófica.

Questão 4

A língua portuguesa apresenta diferentes formas de expressão conforme o contexto social, regional e situacional em que é usada.

Com base nesse princípio, assinale a alternativa que melhor explica o uso da linguagem na frase apresentada a seguir: “A gente vai no mercado mais tarde.”

- (A) Trata-se de um exemplo de variação linguística comum e aceitável na oralidade informal.
- (B) A frase está gramaticalmente incorreta e deve ser evitada em qualquer contexto.
- (C) É um exemplo de linguagem técnica, típica de áreas específicas.
- (D) Representa um erro de tradução literal do inglês.
- (E) É uma construção exclusiva do português europeu.

Questão 5

O domínio da ortografia oficial da língua portuguesa é fundamental para a produção textual adequada em contextos formais. Palavras de uso comum, embora frequentemente ouvidas no cotidiano, podem gerar dúvidas quanto à forma correta de escrita.

Considerando o uso adequado das normas ortográficas vigentes, assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas.

- (A) Exceção – enxergar – privilegio.
- (B) Exceção – enxergar – privilégio.
- (C) Eceção – enxerga – privilegio.
- (D) Exessão – enxergar – privilégio.
- (E) Exceção – encherger – privilégio.

Questão 6

Os dois-pontos são um sinal de pontuação utilizado para introduzir explicações, enumerações, falas no discurso direto, ou para enfatizar uma conclusão. Seu uso inadequado pode comprometer a clareza e a coesão do texto.

Analisar as frases a seguir e assinale a alternativa em que os dois-pontos foram empregados de forma inadequada, desrespeitando as normas gramaticais vigentes.

- (A) Ela só tinha um objetivo: passar no concurso.
- (B) O professor explicou: a vírgula pode mudar o sentido de uma frase.
- (C) A palestra abordará três temas principais: educação, cultura e política.
- (D) João foi claro: “Não concordo com a proposta”.
- (E) A aluna: entregou o trabalho com atraso.

Questão 7

A compreensão do funcionamento da linguagem exige atenção à forma como determinadas palavras assumem significados distintos, a depender do enunciado em que estão inseridas.

Assinale a alternativa em que há uma palavra polissêmica.

- (A) A estudante organizou seus livros por disciplina na estante.
- (B) A professora explicou a matéria com clareza durante a aula.
- (C) A folha de pagamento foi entregue.
- (D) O engenheiro calculou o peso da estrutura com precisão.
- (E) O jardineiro regou as plantas logo pela manhã.

Questão 8

As regras de flexão nominal e verbal estabelecem a concordância de número, pessoa e gênero entre os elementos de uma oração. Entretanto, em enunciados mais extensos ou com estruturas mais complexas, erros podem passar despercebidos, especialmente quando envolvem locuções verbais ou termos de valor adjetivo inseridos entre sujeito e predicado.

Considerando essas observações, assinale a alternativa em que ocorre erro gramatical relacionado à flexão verbal ou nominal:

- (A) Os gestores, atentos aos prazos e às exigências do edital, entregaram os documentos revisados à comissão avaliadora.
- (B) As alunas do curso de Letras, muito comprometidas com o cronograma, participaram ativamente das atividades propostas.
- (C) Os pareceres técnicos, emitido com base na legislação vigente, foram anexados ao processo principal.
- (D) As professoras convidadas, oriundas de outras instituições, trouxeram contribuições relevantes para o debate.
- (E) Os candidatos inscritos no concurso, devidamente orientados pela comissão organizadora, compareceram ao local de prova no horário estipulado.

Questão 9

Leia atentamente o trecho abaixo:

"Naquele instante gelado, as palavras fugiam-lhe da boca como pássaros que, uma vez soltos, já não aceitavam retorno. Seu coração, endurecido pelo tempo, pulsava com o mesmo vigor de uma rocha inerte."

Considerando o uso estilístico da linguagem, a figura de linguagem predominante na última frase do excerto é:

- (A) metáfora.
- (B) hipérbole.
- (C) ironia.
- (D) prosopopeia.
- (E) metonímia.

Questão 10

No campo da argumentação, determinados advérbios não apenas informam circunstâncias de tempo, lugar ou negação, mas também cumprem papel essencial ao posicionar o enunciador diante do conteúdo expresso, orientando a interpretação do leitor ou ouvinte.

Com base nessa perspectiva discursiva, assinale a alternativa em que o advérbio exerce função argumentativa, indicando avaliação subjetiva do enunciador sobre o conteúdo da mensagem.

- (A) Certamente, ele não virá.
- (B) Ontem, fomos ao teatro.
- (C) Aqui é muito calmo.
- (D) Nunca irei te perdoar.
- (E) Infelizmente, a proposta foi recusada.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

Uma auditoria interna concluiu que determinado servidor efetivo cometeu infração grave ao autorizar a contratação irregular de empresa de fachada, sem procedimento licitatório e com dispensa de fiscalização prévia. A comissão de sindicância sugeriu a instauração de processo disciplinar e recomendou a adoção de medidas cautelares durante o trâmite do procedimento.

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas regras aplicáveis à apuração de irregularidades funcionais, assinale a alternativa correta:

- (A) A penalidade de demissão pode ser aplicada diretamente pela autoridade máxima do órgão com base no relatório de auditoria, dispensando sindicância ou PAD nos casos de flagrante ilegalidade.
- (B) A abertura de processo disciplinar exige decisão judicial prévia, salvo se houver recomendação do Tribunal de Contas ou do Ministério Público.
- (C) O servidor pode responder a processo administrativo disciplinar, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e poderá ser preventivamente afastado do cargo, desde que haja risco à instrução do procedimento.
- (D) A comissão processante deve ser formada exclusivamente por servidores com estabilidade superior a 10 anos, sob pena de nulidade do procedimento.
- (E) A instauração de processo disciplinar impede a apuração simultânea de responsabilidade civil ou criminal, para evitar *bis in idem*.

Questão 12

Com base na Lei nº 8.429/1992, atualmente em vigor com as alterações da Lei nº 14.230/2021, e considerando o papel da auditoria interna na prevenção e apuração de atos de improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nova redação da Lei de Improbidade exige a demonstração de dolo específico para a responsabilização por ato ímprobo, com exceção apenas das hipóteses de enriquecimento ilícito;
- II. Os órgãos de controle e auditoria interna podem recomendar a instauração de processo administrativo disciplinar ou a remessa de peças ao Ministério Público, mas não têm competência para aplicar sanções da LIA diretamente;
- III. A culpa grave continua a ser suficiente para responsabilização por atos de improbidade que causem prejuízo ao erário, desde que demonstrado o nexo e a extensão do dano;
- IV. A atuação da auditoria interna deve priorizar medidas preventivas e corretivas, e não interfere no juízo de improbidade, que é atribuição exclusiva do Poder Judiciário.

Assinale a alternativa corretas:

- (A) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

Questão 13

Durante auditoria interna em um contrato de fornecimento de materiais celebrado mediante pregão eletrônico, foi verificado que, após a assinatura, o fiscal do contrato deixou de registrar ocorrências relevantes no sistema de gestão, apesar de diversas entregas terem sido feitas com atraso e fora das especificações. A contratada, por sua vez, utilizou a ausência de registros para justificar a inexistência de inadimplemento. O auditor identificou fragilidades no acompanhamento da execução contratual e propôs medidas corretivas.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas de auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de registro formal de não conformidades impede qualquer sanção à contratada, sendo necessário aguardar a manifestação da Controladoria-Geral da União.
- (B) A omissão do fiscal do contrato compromete a responsabilização da contratada e pode configurar falha funcional, devendo ser apurada por meio de processo próprio, além de justificar o aperfeiçoamento dos controles internos.
- (C) Cabe exclusivamente à autoridade superior acompanhar a execução do contrato, não sendo atribuição legal do fiscal realizar controles sistemáticos ou anotar ocorrências.
- (D) A fiscalização da execução contratual, segundo a nova lei, é realizada pela própria contratada, devendo a Administração Pública apenas verificar o cumprimento global ao final.
- (E) O auditor interno não pode propor medidas corretivas relacionadas à execução contratual, pois sua atuação se limita à legalidade do processo licitatório anterior à contratação.

Questão 14

Durante uma auditoria interna, foi identificado que o diretor de uma autarquia autorizou, sem respaldo legal, o pagamento retroativo de gratificações a servidores comissionados. A procuradoria do órgão reconheceu vício de legalidade no ato administrativo e recomendou sua invalidação. O setor de controle interno, por sua vez, sugeriu a devolução dos valores e orientou a revisão de outros atos semelhantes.

Com base no regime jurídico dos atos administrativos e nos efeitos de sua invalidação, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de hipótese de revogação por conveniência administrativa, o que impede a Administração de exigir a devolução dos valores recebidos pelos servidores de boa-fé.
- (B) O vício identificado é passível de convalidação, desde que o valor total não ultrapasse o limite de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) A anulação do ato exige autorização expressa do Tribunal de Contas competente, não sendo competência da própria Administração.
- (D) O pagamento indevido pode ser mantido por motivo de segurança jurídica, desde que o ato tenha sido praticado há mais de dois anos e tenha produzido efeitos concretos.
- (E) O ato é inválido por vício de legalidade e deve ser anulado pela própria Administração, sem necessidade de decisão judicial, com possibilidade de exigência de devolução de valores indevidamente pagos.

Questão 15

Durante fiscalização de um Tribunal de Contas estadual, foi identificado que uma fundação pública de direito privado, vinculada à Secretaria de Educação, firmou contratos com empresas sem observar o devido procedimento licitatório, alegando autonomia administrativa e ausência de subordinação ao órgão supervisor. O relatório de auditoria apontou também omissão da Secretaria quanto à supervisão finalística da fundação, cuja atuação comprometeu políticas públicas educacionais em larga escala.

Com base na estrutura da administração pública e nas relações entre entes e entidades no contexto fiscalizatório, assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia administrativa das entidades da Administração indireta impede qualquer controle finalístico por parte da Administração direta, salvo em casos de infração penal ou improbidade administrativa.
- (B) As fundações públicas de direito privado são regidas exclusivamente pelo direito privado e, por isso, não estão sujeitas ao controle dos Tribunais de Contas.
- (C) A fundação pública, ainda que dotada de personalidade jurídica própria, integra a Administração Pública indireta e está sujeita à supervisão finalística do órgão da Administração direta ao qual está vinculada.
- (D) A relação entre secretaria e fundação é de subordinação hierárquica direta, sendo possível a anulação unilateral dos atos administrativos da entidade vinculada.
- (E) Apenas as autarquias e empresas públicas estão sujeitas à fiscalização dos Tribunais de Contas, sendo as fundações públicas fiscalizadas apenas pelo Ministério Público.

Questão 16

Durante uma inspeção ordinária da controladoria interna de um instituto municipal de previdência, identificou-se que um servidor comissionado autorizou pagamentos previdenciários sem respaldo normativo. O ordenador de despesas alegou que o servidor não era estável e que, por isso, não se aplicariam sanções formais, apenas sua exoneração. O controlador questiona essa posição, especialmente quanto à responsabilidade funcional e aos mecanismos de correção dos atos já praticados.

Considerando o regime dos agentes públicos e o controle de seus atos, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de cargo em comissão, os atos praticados pelo servidor são automaticamente válidos, desde que tenham sido aprovados pela autoridade nomeante.
- (B) Mesmo sem vínculo efetivo, o agente público pode ser responsabilizado administrativamente e ter seus atos revistos ou anulados, nos termos do princípio da autotutela e da legalidade administrativa.
- (C) A exoneração do cargo comissionado impede a apuração de eventual responsabilidade administrativa, exceto se houver prejuízo material comprovado.
- (D) Os atos praticados pelo servidor comissionado não são passíveis de controle interno, pois a natureza do cargo é de livre nomeação e exoneração.
- (E) A responsabilização administrativa exige vínculo efetivo e estabilidade funcional, conforme previsto na Constituição Federal e reiterado pelo TCU.

Questão 17

Analise as proposições a seguir sobre as entidades da Administração indireta e os mecanismos de controle e auditoria aplicáveis:

- I. As empresas públicas e sociedades de economia mista, mesmo explorando atividade econômica em sentido estrito, devem observar os princípios constitucionais da Administração Pública e se sujeitam ao controle externo exercido pelos Tribunais de Contas;
- II. As autarquias possuem regime jurídico de direito privado, o que lhes garante liberdade de contratação sem licitação, desde que sigam os princípios da eficiência e economicidade;
- III. As fundações públicas de direito público integram a Administração indireta e estão sujeitas ao controle finalístico do ente instituidor, bem como ao controle de legalidade dos atos administrativos;
- IV. A controladoria interna dos entes da Administração direta pode exercer auditoria nas entidades da Administração indireta, desde que isso esteja previsto na estrutura de controle do órgão supervisor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V – V – F – F
(B) F – F – V – V
(C) V – F – F – V
(D) V – F – V – V
(E) F – V – V – F

Questão 18

Durante auditoria realizada por órgão de controle externo, foi identificada a contratação direta, por inexigibilidade, de uma empresa de consultoria pertencente ao irmão do secretário municipal de Administração. O contrato, no valor de R\$ 350.000,00, previa a elaboração de diagnósticos de eficiência nos serviços públicos prestados por autarquias municipais, mas não há comprovação de entrega dos relatórios previstos. O prefeito alegou que o serviço era de natureza singular e que a empresa era especializada. Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública e as regras sobre responsabilização administrativa, analise as afirmativas abaixo:

- I. A contratação sem licitação pode ser anulada por vício de legalidade, ainda que haja alegação de conveniência administrativa;
- II. A relação de parentesco entre o secretário e o sócio da empresa contratada pode caracterizar ofensa ao princípio da impessoalidade;
- III. A ausência de comprovação da execução do objeto contratual compromete o dever de eficiência, podendo implicar responsabilização dos gestores;
- IV. O prefeito não poderá ser responsabilizado, pois a inexigibilidade de licitação é ato discricionário amparado no princípio da conveniência administrativa.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F).

- (A) V – F – V – V
(B) V – V – V – F
(C) F – V – V – F
(D) V – V – F – V
(E) F – V – F – F

Questão 19

Complete corretamente as lacunas do texto abaixo, que descreve aspectos jurídicos e de controle relacionados à intervenção do Estado na propriedade.

As modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada incluem, entre outras, a _____, que transfere a titularidade do bem mediante justa indenização, e a _____, que impõe limitações administrativas ao uso da propriedade sem transferir sua titularidade. No contexto das auditorias governamentais, os órgãos de controle devem verificar se foram observados os fundamentos legais da intervenção e se a indenização, quando cabível, atendeu aos critérios de _____, prévia e em regra em dinheiro, conforme determina o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal.

Assinale a alternativa que preenche corretamente, na ordem, as lacunas do texto:

- (A) desapropriação – servidão administrativa – justa
- (B) requisição administrativa – desapropriação; proporcional
- (C) ocupação temporária – tombamento – razoável
- (D) servidão administrativa – requisição administrativa – suficiente
- (E) retrocessão – ocupação temporária – justa

Questão 20

Durante uma auditoria interna, a Controladoria de um município identificou que um diretor de departamento se recusava a cumprir determinações normativas expedidas pela Secretaria da Fazenda, além de ter autorizado despesas sem observância das normas de empenho e limite orçamentário. O controlador-geral propôs a instauração de processo disciplinar, a aplicação imediata de medidas corretivas e a edição de nova instrução normativa mais clara para os órgãos do mesmo porte.

Com base na situação acima, assinale a alternativa correta:

- (A) O poder hierárquico justifica a atuação corretiva e disciplinadora do órgão central sobre o servidor subordinado, enquanto o poder regulamentar autoriza a expedição de normas complementares para orientar a atuação administrativa.
- (B) A aplicação de sanções por descumprimento de normas fiscais deve ser feita exclusivamente pelo Poder Judiciário, dada a ausência de tipificação criminal da conduta.
- (C) O poder de polícia permite a anulação do ato de empenho realizado sem autorização orçamentária, mesmo que tenha sido utilizado para fim público relevante.
- (D) O poder regulamentar só pode ser exercido pelo chefe do Poder Executivo, sendo vedado a órgãos internos da Administração expedir qualquer norma orientadora.
- (E) O poder disciplinar só é aplicável a servidores concursados, sendo os ocupantes de cargos comissionados passíveis apenas de exoneração *ad nutum*.

Questão 21

Durante uma auditoria operacional em órgão da Administração Direta, a equipe de controle interno identificou que dados pessoais de usuários de um sistema público de requisições estavam acessíveis em planilhas abertas no ambiente digital interno, sem autenticação individualizada nem trilha de auditoria. O setor responsável alegou que a facilidade de acesso se justificava por razões operacionais e que as informações não estavam disponíveis ao público externo.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e nos princípios da administração pública digital, assinale a alternativa correta.

- (A) A LGPD não se aplica ao Poder Público quando os dados tratados não envolvem informações sensíveis ou não são compartilhados com terceiros.
- (B) O princípio da publicidade obriga os órgãos públicos a garantir acesso irrestrito a dados de usuários dos sistemas, salvo se classificados formalmente como sigilosos.
- (C) O uso de autenticação e trilha de auditoria são exigências apenas para plataformas acessadas por usuários externos, não sendo obrigatórios em sistemas internos da Administração.
- (D) O acesso irrestrito a dados por servidores públicos é presumido lícito quando não há risco de vazamento externo, ainda que ausente regulamentação interna formal.
- (E) Ainda que os dados não estejam abertamente disponíveis, sua circulação interna sem controle e sem registro de acesso pode violar os princípios da LGPD, especialmente os da segurança, finalidade e responsabilização.

Questão 22

Durante auditoria realizada em programa municipal voltado ao incentivo da agricultura familiar, verificou-se a destinação parcial dos recursos para grandes produtores rurais e ausência de critérios ambientais mínimos na concessão dos benefícios. O plano de metas do programa mencionava os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e os princípios da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), mas não apresentava indicadores de impacto social ou ambiental. A equipe de auditoria recomendou a revisão dos critérios de elegibilidade e a criação de mecanismos de monitoramento.

Com base nos princípios da administração pública voltados à sustentabilidade e na atuação da auditoria em políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria de políticas públicas deve avaliar não apenas a legalidade formal, mas também a efetividade e a coerência dos programas com os princípios constitucionais da eficiência, moralidade e desenvolvimento sustentável.
- (B) O controle exercido pelos órgãos de auditoria limita-se à análise da regularidade contábil e documental da despesa, sendo vedado o juízo sobre resultados sociais ou ambientais dos programas públicos.
- (C) A aplicação de critérios socioambientais em programas governamentais depende de regulamentação específica e não pode ser cobrada com base em diretrizes constitucionais genéricas.
- (D) A referência a instrumentos internacionais como a Agenda 2030 da ONU é facultativa e não integra parâmetros auditáveis no âmbito da Administração Pública brasileira.
- (E) A atuação da auditoria interna deve restringir-se à verificação do cumprimento formal das normas de repasse de recursos, sem juízo sobre a escolha dos beneficiários do programa.

Questão 23

Relacione os elementos da **COLUNA I**, que representam fases típicas do processo administrativo disciplinar ou de sindicância, com os princípios ou finalidades correspondentes listadas na **COLUNA II**.

COLUNA I

1. Instauração formal do procedimento
2. Garantia de vista dos autos e apresentação de defesa pelo servidor
3. Produção de prova pericial ou documental no curso da apuração
4. Relatório conclusivo da comissão
5. Aplicação de penalidade disciplinar

COLUNA II

- A. Princípio do contraditório e da ampla defesa
- B. Princípio da legalidade e da formalidade procedimental
- C. Fundamentação e motivação do ato administrativo sancionador
- D. Busca da verdade material e controle da legalidade do ato funcional
- E. Dever de autotutela da Administração e proteção do interesse público

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de associação entre os itens da **COLUNA I** e os da **COLUNA II**:

- (A) 1-B, 2-C, 3-A, 4-D, 5-E
(B) 1-E, 2-A, 3-B, 4-C, 5-D
(C) 1-C, 2-A, 3-D, 4-B, 5-E
(D) 1-B, 2-A, 3-D, 4-C, 5-E
(E) 1-B, 2-D, 3-C, 4-A, 5-E

Questão 24

Em relatório de auditoria de uma autarquia federal, apontou-se que a falha em um sistema informatizado provocou o vazamento de dados sensíveis de usuários de serviço público, gerando prejuízos materiais e morais. A administração alegou que o problema decorreu de ataque externo imprevisível, e que não haveria culpa dos servidores responsáveis pelo sistema. Com base na teoria do risco administrativo e nos fundamentos da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas.

- I. A responsabilidade objetiva do Estado prescinde da comprovação de culpa, bastando a demonstração do dano e do nexo de causalidade com a atuação ou omissão estatal;
- II. A alegação de ausência de culpa dos agentes públicos não exclui a responsabilidade da autarquia, mas pode embasar eventual ação regressiva;
- III. Caso fique comprovado que o evento foi causado exclusivamente por ato de terceiro ou força maior, a responsabilidade do Estado poderá ser excluída;
- IV. O relatório de auditoria pode recomendar reparação administrativa dos danos independentemente de decisão judicial, desde que reconhecida a responsabilidade funcional do servidor envolvido.

Estão corretas as afirmativas.

- (A) II, III e IV estão corretas.
(B) , III e IV estão corretas.
(C) I, II e IV estão corretas.
(D) Todas as afirmativas estão corretas.
(E) I, II e III estão corretas.

Questão 25

Durante a fiscalização de um contrato de concessão de transporte coletivo urbano, o órgão de controle interno identificou que a empresa concessionária descumpriu cláusulas contratuais relativas à frequência das linhas e à acessibilidade dos veículos. A concessionária alegou que a redução da demanda autorizaria a flexibilização do contrato. O relatório da auditoria questiona a omissão do poder concedente quanto à aplicação de penalidades e à exigência de recomposição do serviço.

Com base no regime jurídico dos serviços públicos e na legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) A natureza do contrato é regida pelo Código Civil, o que impede a imposição de penalidades sem prévia decisão judicial transitada em julgado.
- (B) A prestação do serviço público por meio de concessão transfere ao concessionário a titularidade do serviço, inclusive quanto à definição dos parâmetros operacionais.
- (C) A inadimplência contratual pode ser tolerada quando houver alteração da demanda, desde que o concessionário notifique previamente os usuários.
- (D) O poder concedente só pode intervir na execução do contrato mediante recomendação do Tribunal de Contas ou decisão judicial.
- (E) A execução do contrato de concessão está sujeita ao regime jurídico de direito público, sendo lícita a aplicação de sanções pela Administração por descumprimento das cláusulas essenciais do serviço, independentemente de justificativas unilaterais do concessionário.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO**Questão 26**

Um município publica, em 1º de dezembro de 2024, lei que institui um novo tributo sobre as atividades de lazer em áreas públicas, com as seguintes características:

- I. A cobrança passa a ser exigida já em 15 de dezembro de 2024, sem respeitar o lapso de 90 dias após a publicação;
- II. A lei dispõe que o tributo incidirá retroativamente a 1º de janeiro de 2024;
- III. Estabelece alíquota única de 60% sobre propriedades de baixo valor venal, esgotando a renda disponível dos contribuintes de menor poder aquisitivo;
- IV. Prevê alíquotas que variam de 1% a 20% conforme o valor venal dos imóveis, buscando ajustar a carga tributária à capacidade de pagamento.

Assinale a alternativa correta sobre os princípios constitucionais violados ou observados nas situações I a IV, respectivamente.

- (A) Anterioridade nonagesimal, irretroatividade, seletividade, legalidade.
- (B) Anterioridade anual, irretroatividade, vedação ao confisco, capacidade contributiva e progressividade.
- (C) Anterioridade nonagesimal, legalidade, vedação ao confisco, isonomia.
- (D) Anterioridade nonagesimal, irretroatividade, vedação ao confisco, capacidade contributiva e progressividade.
- (E) Legalidade, anterioridade anual, vedação ao confisco, seletividade.

Questão 27

Mateus recebeu, em 15/04/2025, doação de um imóvel urbano avaliado em R\$ 500.000,00. A legislação estadual de ITCMD estabelece alíquotas progressivas: 4 % sobre a parcela até R\$ 300.000,00 e 6 % sobre a parcela que exceder esse montante, até R\$ 700.000,00.

Considerando-se base de cálculo igual ao valor total do bem, o imposto devido é:

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 22.000,00.
- (C) R\$ 24.000,00.
- (D) R\$ 26.000,00.
- (E) R\$ 28.000,00.

Questão 28

Com base na legislação tributária brasileira, assinale a alternativa correta sobre a retenção de tributos na fonte.

- (A) A retenção na fonte é obrigatória apenas para pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, sendo facultativa para as demais.
- (B) A retenção de Imposto de Renda na fonte (IRRF) incide apenas sobre rendimentos do trabalho assalariado, não se aplicando a rendimentos de aluguéis ou investimentos.
- (C) A retenção de PIS e COFINS na fonte é devida apenas em operações interestaduais, conforme determinação do Senado Federal.
- (D) A retenção na fonte é um mecanismo de antecipação do pagamento do tributo, onde um agente desconta o valor devido e o repassa ao fisco, aplicando-se a diversos tributos como IRRF, CSLL, PIS/COFINS e INSS.
- (E) A retenção de tributos na fonte dispensa o contribuinte de declarar os valores retidos em sua declaração anual do Imposto de Renda.

Questão 29

Com base no Código Tributário Nacional (CTN) e na jurisprudência do STJ e STF, assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade tributária.

- (A) A responsabilidade solidária somente ocorre quando expressamente prevista em lei, aplicando-se, por exemplo, a sócios e administradores em casos de dissolução irregular de empresa.
- (B) A responsabilidade subsidiária pressupõe que o terceiro responda pelo tributo antes mesmo de o devedor principal ser cobrado, independentemente de esgotamento de sua capacidade econômica.
- (C) Na sucessão empresarial, o adquirente de estabelecimento responde apenas pelos tributos devidos após a transferência, não havendo responsabilidade por débitos anteriores.
- (D) A responsabilidade tributária por sucessão é sempre solidária, obrigando o sucessor a pagar integralmente o débito sem direito a regresso contra o sucedido.
- (E) A solidariedade tributária dispensa a notificação do coobrigado, permitindo que o Fisco cobre o débito diretamente de qualquer responsável sem necessidade de comunicação prévia.

Questão 30

Um município decide oferecer transporte público urbano gratuito, financiado por acréscimo de 1 ponto percentual na alíquota do IPTU progressivo.

Considerando os conceitos de bens públicos, externalidades, eficiência alocativa e justiça distributiva, assinale a afirmativa correta.

- (A) A gratuidade transforma o sistema em bem público puro, eliminando qualquer falha de mercado sem necessidade de tributação adicional.
- (B) A oferta gratuita internaliza externalidades negativas de poluição, mas viola o princípio da eficiência produtiva ao induzir subutilização da capacidade.
- (C) A gratuidade corrige a exclusão do serviço, mas tende a provocar excesso de demanda e congestionamento no transporte.
- (D) O financiamento via IPTU progressivo atende ao princípio da equidade horizontal, mas prejudica a eficiência alocativa ao reduzir a base de arrecadação.
- (E) Ao financiar o transporte gratuito com IPTU progressivo, o município internaliza externalidades positivas, melhora a eficiência alocativa e respeita o princípio da capacidade contributiva.

Questão 31

Com base na legislação tributária brasileira e na jurisprudência consolidada, assinale a alternativa que representa corretamente a possibilidade de discussão judicial do crédito tributário após a sua inscrição em dívida ativa.

- (A) A inscrição em dívida ativa torna o crédito tributário imutável, impedindo qualquer contestação judicial posterior.
- (B) Após a inscrição em dívida ativa, é vedado ao contribuinte propor qualquer ação judicial, sendo obrigatória a execução fiscal.
- (C) A inscrição em dívida ativa impede a concessão de liminar ou tutela antecipada em mandado de segurança, salvo em caso de penhora.
- (D) Mesmo após a inscrição em dívida ativa, é possível ao contribuinte discutir judicialmente a exigibilidade do crédito, desde que observados os pressupostos legais para a ação adequada.
- (E) A única forma de questionar judicialmente o crédito inscrito em dívida ativa é mediante pagamento integral com posterior ação de repetição de indébito.

Questão 32

Com base no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), assinale a alternativa correta quanto aos efeitos dos vícios de consentimento nos prazos de prescrição e decadência.

- (A) A anulação de negócio jurídico por erro, dolo ou coação deve respeitar o prazo prescricional de 10 anos, contados da assinatura do contrato, salvo se houver cláusula resolutiva.
- (B) Os vícios de consentimento geram nulidade absoluta do negócio jurídico, podendo ser declarados a qualquer tempo, sem sujeição a prazos decadenciais ou prescricionais.
- (C) O prazo para pleitear a anulação de negócio jurídico por vício de consentimento é decadencial, sendo de 4 anos, contados da celebração do contrato, independentemente da data em que o vício for descoberto.
- (D) Os vícios de consentimento autorizam a anulação do negócio jurídico no prazo decadencial de 4 anos, cuja contagem varia conforme o tipo de vício, podendo iniciar da data em que cessar a coação ou da ciência do erro.
- (E) No caso de negócio jurídico celebrado sob dolo ou estado de perigo, o prazo para anulação é de 5 anos, contados da data do conhecimento do vício, conforme art. 206, §5º, do Código Civil.

Questão 33

Considere a seguinte situação:

A Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis, por meio de decreto municipal, determinou a suspensão imediata de perfis em redes sociais de cidadãos que criticassem publicamente atos da administração, sem prévia notificação ou possibilidade de defesa, sob o argumento de “combate à desinformação”.

Com base nos princípios fundamentais e direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal, a medida viola principalmente o:

- (A) Princípio da legalidade, por não ter previsão em lei formal.
- (B) Princípio da proporcionalidade, por ser medida desarrazoada à finalidade pretendida.
- (C) Princípio do devido processo legal, por não garantir defesa e contraditório.
- (D) Princípio da supremacia do interesse público, por priorizar interesses individuais.
- (E) Princípio da separação dos poderes, ao usurpar função do Judiciário.

Questão 34

Um município enfrenta elevado custo fixo na operação do sistema de esgotamento sanitário e deseja adotar um modelo de tarifação que maximize a eficiência econômica, cobrando sobretaxas menores dos grupos mais sensíveis à variação de preço e garantindo a recuperação dos custos totais.

Esse modelo, em que o *markup* sobre o custo marginal é fixado de forma inversamente proporcional à elasticidade-preço da demanda, é denominado:

- (A) Tarifa binômia (*two-part tariff*).
- (B) Tarifa de bloco crescente.
- (C) Preço marginal puro.
- (D) Tarifação por custo médio.
- (E) Preço de Ramsey.

Questão 35

A empresa Alfa S/A, residente no Brasil, exporta produtos acabados para sua controlada Beta GmbH, residente na Alemanha, a preço de venda de USD 50/unidade, quando o preço de mercado entre empresas independentes é de USD 80/unidade.

Considerando a Convenção Brasil-Alemanha para evitar a bitributação e as normas de preços de transferência brasileiras (Lei 9.430/1996 e IN RFB nº 1.312/2012), assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil deve excluir o lucro obtido pela Beta GmbH antes de tributar a Alfa S/A.
- (B) A Alfa S/A não está sujeita a ajuste de preço de transferência, pois a operação é de exportação.
- (C) A Alemanha deve recalcular o imposto local com base no preço de mercado, deixando o Brasil inalterado.
- (D) A RFB pode ajustar a base de cálculo de Alfa S/A para USD 80/unidade via método do preço comparável não controlado e o Brasil garante crédito do imposto pago na Alemanha sobre esse lucro ajustado.
- (E) A bitributação é evitada automaticamente, não sendo necessário qualquer ajuste adicional de preços de transferência.

Questão 36

Em um processo de execução fiscal movido pelo Município, foi regularmente expedida Certidão de Dívida Ativa e o devedor citado pessoalmente. Não foram oferecidos embargos nem garantida a execução.

Após diversas diligências infrutíferas para localizar bens penhoráveis e decorrido prazo de cinco anos desde a inscrição em dívida ativa, sem prática de qualquer ato executivo, o juiz, nos termos da Lei nº 6.830/1980, deve:

- (A) manter a execução suspensa até que o exequente promova nova conferência de bens.
- (B) decretar a prescrição intercorrente e extinguir o processo, sem resolução de mérito.
- (C) determinar a expedição de mandado de penhora de ativos financeiros via BacenJud imediatamente.
- (D) converter o processo em execução administrativa e remeter ao setor de cobrança do Fisco.
- (E) determinar a remessa dos autos ao Ministério Público para investigação criminal.

Questão 37

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta sobre o sistema tributário nacional, seus princípios e limitações ao poder de tributar.

- (A) O princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se apenas aos impostos federais, como o Imposto de Renda e o IPI, não se estendendo a tributos estaduais e municipais.
- (B) A imunidade tributária recíproca (Art. 150, VI, "a", CF/88) veda a cobrança de impostos entre os entes federados, mas permite a instituição de taxas e contribuições de melhoria.
- (C) O princípio da capacidade contributiva (Art. 145, §1º, CF/88) exige que os tributos sejam sempre progressivos, vedando a adoção de alíquotas fixas em qualquer hipótese.
- (D) A vedação ao confisco (Art. 150, IV, CF/88) proíbe a cobrança de multas tributárias, ainda que estas sejam aplicadas em caso de sonegação ou fraude fiscal comprovada.
- (E) O princípio da legalidade tributária (Art. 150, I, CF/88) determina que a criação ou majoração de tributos depende sempre de lei complementar, não sendo admitida a regulamentação por lei ordinária.

Questão 38

Um município institui dois tributos: um sobre a propriedade imobiliária urbana (IPTU) e outro sobre circulação de mercadorias (ICMS). Analise as afirmativas a seguir.

- I. O IPTU é tributo de competência municipal e classifica-se como imposto direto;
- II. O ICMS é tributo estadual e classifica-se como imposto indireto;
- III. O município pode instituir alíquota progressiva do IPTU, respeitado o princípio da capacidade contributiva.

Estão corretas:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III.
- (E) I, II e III.

Questão 39

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a legislação tributária infraconstitucional, assinale a alternativa correta a respeito das imunidades e isenções tributárias.

- (A) As imunidades tributárias podem ser livremente concedidas por lei ordinária federal, desde que aprovadas pelo Congresso Nacional.
- (B) A imunidade tributária é uma forma de isenção estabelecida por decreto executivo em situações de calamidade pública.
- (C) A isenção tributária tem natureza constitucional e impede que a competência tributária seja exercida por qualquer ente federado.
- (D) A imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar, enquanto a isenção é uma dispensa legal do pagamento de tributo devido.
- (E) Tanto a imunidade quanto a isenção dependem de autorização expressa do Senado Federal para produzir efeitos legais.

Questão 40

O contribuinte municipal deixou de recolher o ISS no prazo legal. Como sanção, foi aplicado auto de infração com multa de 20% sobre o valor do tributo devido e juros de mora de 1% ao mês.

Essas penalidades correspondem, respectivamente, a:

- (A) sanção administrativa e sanção tributária.
- (B) sanção penal e sanção administrativa.
- (C) sanção tributária e sanção acessória.
- (D) sanção tributária e acréscimo moratório.
- (E) sanção tributária e sanção tributária.

Questão 41

Relacionar regimes tributários às suas características:

Coluna 1

1. Simples Nacional
2. Lucro Real
3. Lucro Presumido
4. Lucro Arbitrado

Coluna 2

- I. Apuração de IRPJ e CSLL com base em lucro efetivo, verificado em demonstrações contábeis;
- II. Regime unificado de tributos federais, estaduais e municipais para pequenas empresas;
- III. Base de cálculo estimada pela autoridade fiscal em caso de omissão de escrituração;
- IV. Alíquotas calculadas sobre percentual fixo de presunção de lucro.

A sequência correta é:

- (A) 1 – III; 2 – II; 3 – IV; 4 – I
- (B) 1 – II; 2 – I; 3 – IV; 4 – III
- (C) 1 – I; 2 – II; 3 – III; 4 – IV
- (D) 1 – IV; 2 – I; 3 – II; 4 – III
- (E) 1 – IV; 2 – III; 3 – I; 4 – II

Questão 42

Em 2024, o Congresso Nacional aprovou duas normas:

- Lei complementar instituiu imposto sobre transações com ativos digitais não previstas expressamente na Constituição.
- Lei ordinária instituiu empréstimo compulsório para financiamento de reconstrução de áreas atingidas por enchentes.

Sobre essas competências tributárias da União, assinale a alternativa correta:

- (A) A instituição do imposto sobre ativos digitais exige lei ordinária, pois trata-se de matéria residual, enquanto o empréstimo compulsório depende de lei complementar.
- (B) Ambos os tributos são inconstitucionais, pois somente a União pode editar medidas provisórias para instituí-los.
- (C) A criação do imposto sobre ativos digitais decorre de competência residual, e o empréstimo compulsório, de competência extraordinária, ambos previstos na CF/1988.
- (D) A instituição de imposto residual depende de emenda à Constituição, mas o empréstimo compulsório pode ser criado por lei ordinária.
- (E) O imposto residual deve ser instituído por medida provisória em caso de omissão legislativa, e o empréstimo compulsório somente em situação de intervenção federal.

Questão 43

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência dominante, assinale a alternativa correta sobre obrigação tributária e crédito tributário.

- (A) A obrigação tributária principal surge apenas com o lançamento tributário, sendo este ato indispensável para sua constituição.
- (B) O crédito tributário decorre exclusivamente de lei, independentemente de qualquer ato administrativo, como o lançamento.
- (C) A obrigação acessória, como a entrega de declarações fiscais, gera crédito tributário se descumprida, sujeitando o contribuinte ao pagamento de tributo.
- (D) O lançamento tributário é o ato administrativo que materializa o crédito tributário, tornando-o exigível, mas a obrigação tributária já existe desde o fato gerador.
- (E) A prescrição do crédito tributário ocorre em 2 (dois) anos, contados da data do lançamento, nos termos do CTN.

Questão 44

Um município enfrenta intensa poluição sonora gerada por bares noturnos em área residencial, prejudicando o descanso dos moradores. Para corrigir essa externalidade negativa de forma eficiente, o poder público pode adotar diversos instrumentos regulatórios.

Assinale a alternativa que melhor representa um mecanismo de mercado para internalizar o custo social do ruído.

- (A) Estabelecer limites máximos de decibéis permitidos e aplicar multa aos bares infratores.
- (B) Cobrar um imposto proporcional ao nível de ruído emitido por cada estabelecimento (taxa pigouviana).
- (C) Conceder subsídio aos moradores para instalação de isolamento acústico em suas residências.
- (D) Criar um sistema de licenças negociáveis de emissão de ruído, com quantidade total limitada.
- (E) Proibir o funcionamento de bares após as 22h em toda a região afetada.

Questão 45

Durante processo administrativo fiscal, o auditor municipal instaura procedimento para apurar suposta infração tributária.

Sobre os poderes da administração tributária nesse âmbito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O auditor não pode requisitar documentos de terceiros sem autorização judicial.
- (B) A instauração do processo administrativo exige audiência prévia do contribuinte.
- (C) A administração pode determinar *ex officio* a produção de provas e documentos necessários.
- (D) A caducidade do crédito tributário impede o prosseguimento do processo, mesmo antes de julgamento.
- (E) Decisão final administrativa é sempre terminativa, sem possibilidade de recurso.

Questão 46

Considere a seguinte situação:

A Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis pretende contratar empresa para manutenção preventiva e corretiva do seu sistema de Tecnologia da Informação, em contrato de 24 meses. No edital, foi prevista cláusula de repactuação de preços sempre que a variação acumulada do IPCA ultrapassar 5% no período de 12 meses, mas não se exigiu garantia contratual.

À luz da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) A omissão da garantia contratual não impede a contratação, pois seu valor e exigência são facultativos em contratos de serviços.
- (B) A exigência de garantia é obrigatória apenas para contratos de obras e serviços de engenharia, não se aplicando a contratos de TI.
- (C) Toda contratação pública deve exigir garantia correspondente a, no mínimo, 10% do valor do contrato, sem possibilidade de repactuação desse percentual.
- (D) A Lei nº 14.133/2021 torna obrigatória a previsão de garantia contratual — de, no mínimo, 5% e, no máximo, 30% do valor do contrato — salvo dispensa motivada no edital, sob pena de nulidade relativa do dispositivo e responsabilização do gestor.
- (E) A repactuação de preços e a garantia contratual são mutuamente excludentes, de modo que, ao prever repactuação, o edital fica desobrigado de exigir garantia.

Questão 47

Classifique o tributo conforme o Código Tributário Nacional: “Art. 81. [...]cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.”

Trata-se de:

- (A) imposto.
- (B) taxa.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) empréstimo compulsório.
- (E) contribuição social.

Questão 48

O prefeito municipal autorizou servidor a contratar, sem licitação, empresa de sua família, em valor superior ao permitido pela Lei nº 14.230/2021.

Considerando o disposto nessa lei, esse ato caracteriza:

- (A) crime de responsabilidade.
- (B) improbidade política.
- (C) improbidade fiscal.
- (D) improbidade administrativa.
- (E) contravenção penal.

Questão 49

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma previsão legal sobre a personalidade civil das pessoas naturais e jurídicas.

- (A) Somente adquire personalidade civil a pessoa natural com o registro em cartório de nascimento e posterior maioridade civil.
- (B) A personalidade civil da pessoa natural inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- (C) As pessoas jurídicas de direito privado possuem personalidade apenas após a aprovação legislativa expressa, conforme regra aplicável às fundações públicas.
- (D) Para as pessoas naturais, a capacidade de fato é adquirida exclusivamente aos 21 anos, salvo disposição judicial em contrário.
- (E) É inexistente a personalidade das pessoas jurídicas que não exercem atividade econômica com finalidade lucrativa.

Questão 50

Num município, um servidor público não pode exigir tratamento discriminatório de um contribuinte por este invocar direito à privacidade de seus dados fiscais.

Tal prerrogativa decorre de qual categoria de direito?

- (A) Direitos da personalidade.
- (B) Direitos sociais.
- (C) Direitos políticos.
- (D) Direitos patrimoniais.
- (E) Direitos difusos.